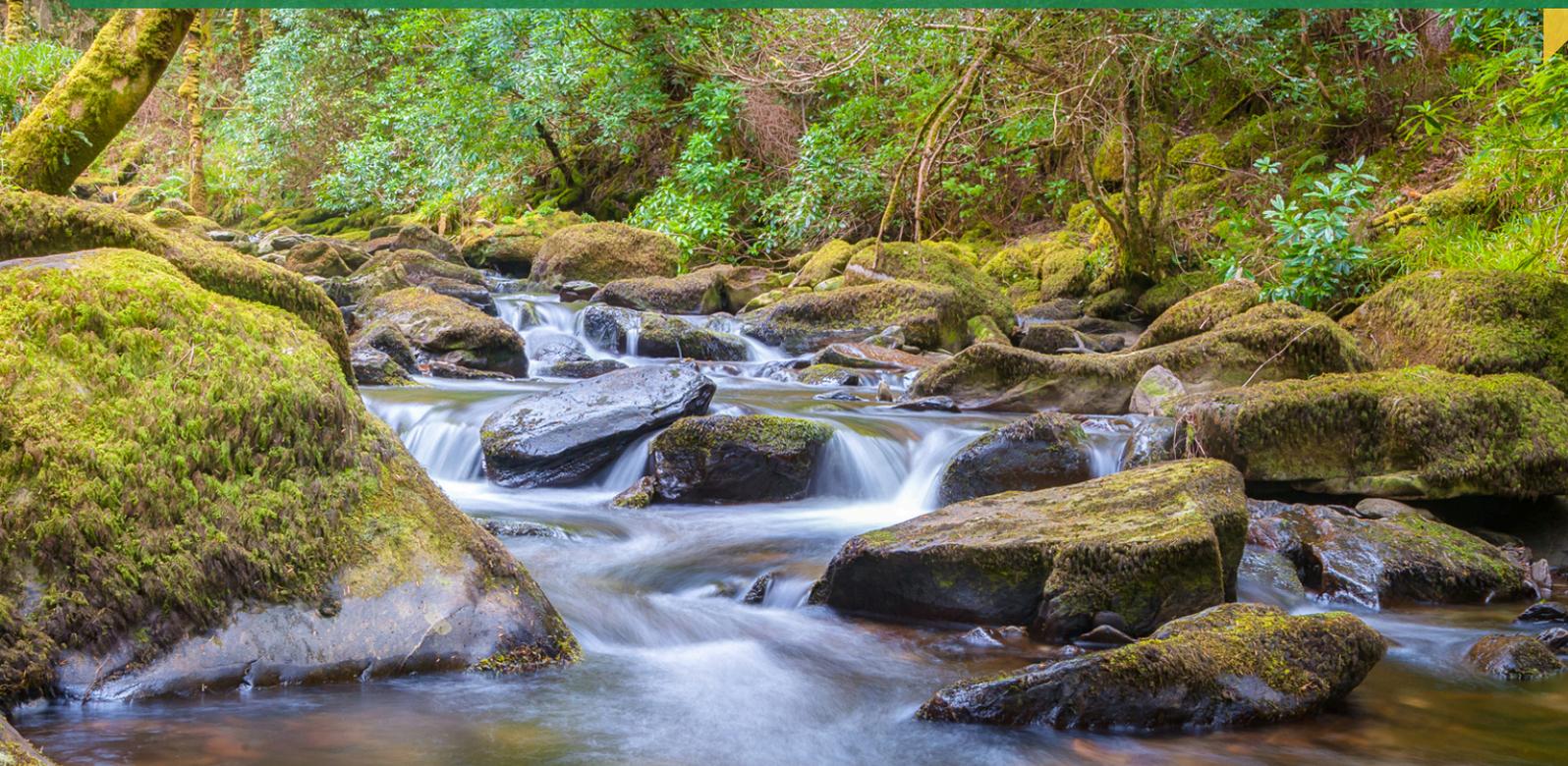


# INFORMATIVO CBH MARANHÃO-DF



## EXPEDIENTE

**Presidente:** Ildenilda de Oliveira Silva

**Vice-presidente:** Andreia Aguiar

**Secretária-geral:** Patrícia Valls e Silva

### **Equipe ABHA DF**

**Supervisora administrativa:** Karine Karen

**Auxiliar administrativa:** Camila Areal

**Assessora de comunicação:** Mariana Libânio

### **Escritório de apoio - ABHA Gestão de Águas**

SAUS quadra 4 lote 09/10, sala 934. Ed. Victoria

Office Tower Cep: 70070938 Brasília - DF

## SOBRE

Mais um ano se encerra e o CBH Maranhão-DF segue trabalhando para ampliar o alcance de suas ações e trazer cada vez mais pessoas para ajudar nas decisões e no debate sobre os recursos hídricos e formas mais democráticas e participativas de ação.

2024 foi um ano cheio de iniciativas, obstáculos e conquistas para a gestão das águas. Sigamos em frente para superarmos mais um ano cheio de projetos e desafios pelo frente.

# PALAVRA DO COMITÊ

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no Distrito Federal (CBH Maranhão-DF) demonstrou, ao longo de 2024, forte engajamento em diversas ações voltadas para a gestão eficaz da água, capacitação e colaboração.

Este ano, o CBH Maranhão-DF celebrou seu 14º aniversário, um marco importante em sua história. Impulsionados por essa sinergia, adotamos um plano de ação intensificado, priorizando ações práticas e eficazes para a gestão dos recursos hídricos. Demonstramos firme compromisso com a capacitação de nossos membros, buscando aprimorar o desempenho e promover a troca de conhecimentos. Essas iniciativas se alinham às ações de gerenciamento eficaz da água, visando otimizar a tomada de decisões e a execução de projetos. Como exemplo, aprovamos o

plano de trabalho da Câmara Técnica e do Grupo de Trabalho dedicado à Educação Ambiental (GTEA).

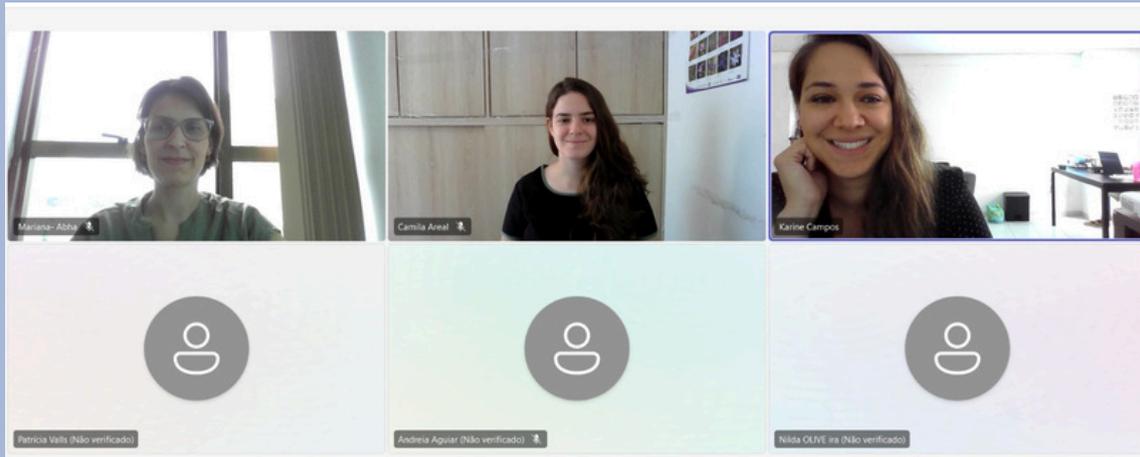
A busca ativa por colaborações com outras organizações e comitês demonstra nosso entendimento de que o trabalho conjunto potencializa os resultados. A ênfase em ações concretas para enfrentar os desafios da gestão da água foi um ponto crucial neste ano.

Além disso, organizamos eventos, como o Festival de Turismo e Aventura da Fercal (FTAF), para promover o engajamento com a comunidade. Também abordamos ativamente questões específicas da bacia para reflexão e atuação, como o tratamento de esgoto, o monitoramento da qualidade da água no Rio Maranhão, a recuperação de nascentes, a regulamentação da ETE Planaltina (Saneago) e o impacto das usinas solares no meio ambiente.

*Fabiano de Oliveira*  
Representante da Caesb no CBH Maranhão-DF



# ABHA-DF E DIRETORIA DO CBH MARANHÃO ALINHAM PLANEJAMENTO



A equipe da Abha-DF e a diretoria do CBH Maranhão-DF se reuniram no dia 17 de outubro, alinhamento de agenda, e ações futuras do comitê. O planejamento seguiu para a 40ª Reunião Ordinária do comitê para conhecimento e aprovação.

## 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA FAZ RETROSPECTIVA DAS AÇÕES DO COMITÊ EM 2024



Em um ano de muitas ações, o CBH Maranhão-DF realizou sua última reunião ordinária de 2024 com foco na aprovação de documentos, relato do andamento dos trabalhos e retrospectiva das atividades. Logo no início, após a leitura da pauta, foi aprovada a síntese da 31ª Reunião Extraordinária, por unanimidade, além de proferido o comunicado sobre os ofícios encaminhados em 2024.

Ao longo da reunião, foi reforçado o pedido aos membros para engajamento nos debates sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal, que está em fase de diagnóstico, com reuniões e audiências públicas com a comunidade.

O coordenador da Câmara Técnica, Marcelo Benini se voluntariou a participar das reuniões representando o CBH Maranhão-DF.



## **Câmara Técnica**

O coordenador da CT, Marcelo Benini, relatou que após 3 reuniões e vários encaminhamentos, a instância possui atualmente duas pautas prioritárias: a contaminação no entorno da Estação Ecológica Águas Emendadas e as ações de saneamento no Bom Sucesso, ambos temas seguirão em debate pelo comitê.

A representante da SEDUH no comitê, Edna Aires, citou o Decreto que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (Decreto Distrital nº 41.004/2020) em que elenca que os Comitês de Bacias Hidrográficas fazem parte da instância colegiada com caráter consultivo e propositivo.

Sobre o acompanhamento dos produtos do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH), a secretária-geral, Patrícia Valls e Silva informou que inicialmente houve um erro na comunicação das reuniões, o que teria prejudicado a participação de membros, mas que já foi normalizado. Ela destacou que os comitês de bacia conseguiram elaborar um documento para encaminhamento dentro do prazo, com apontamentos a serem considerados pela empresa que está elaborando o documento. Os nomes do coordenador do GTEA, Cláudio Odilon e o relator da Câmara Técnica, Rodolfo Brito foram destacados como os representantes do CBH Maranhão-DF.



## **GTEA**

Com cinco encontros e dois eventos de campo, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, coordenado por Cláudio Odilon (Adasa), conseguiu promover atividades que englobaram os três comitês de bacias do DF, além de escolas e comunidades da região da bacia. Para o próximo ano, a proposta é seguir com ações buscando mais participação da comunidade e dos membros.

## **Capacitação**

A supervisora da ABHA-DF, Karine Campos, informou que até final de dezembro os membros poderão se capacitar, como forma de cumprimento das metas estabelecidas para os comitês pelo Progestão referente ao ano de 2024. A presidente do CBH, Ildenilda Silva, destacou que o V Eicob, também conta para o cumprimento da meta de capacitação.

# V EICOB DEBATE O TRABALHO DOS COMITÊS NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E REFORÇA IMPORTÂNCIA DE AÇÕES COLETIVAS NO COMBATE AOS DESEQUILÍBRIOS AMBIENTAIS



Membros dos três comitês de bacias do Distrito Federal, CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF se reuniram, no dia 29 de novembro, para o V Encontro de Integração dos comitês de bacias do Distrito Federal (Eicob), realizado no Instituto Oca do Sol, em Brasília.

O encontro foi mais uma oportunidade de compartilhar as boas práticas na gestão de recursos hídricos, além de debater problemas enfrentados pelos comitês em suas regiões de atuação na defesa das águas.

Diante dos desafios na gestão dos recursos hídricos e frente à crise climática que vem se intensificando, o Eicob promoveu ainda palestras com temas relevantes para a reflexão e formulação de ações coletivas para a atuação nas bacias.

## **Saudações**

O Eicob teve início com um café da manhã para os membros, oferecido pela Adasa, que também disponibilizou o transporte até o local do evento.



Na sequência, a presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda de Oliveira Silva abriu o evento destacando a relevância de realizações como o Eicob na sensibilização, educação e mobilização da sociedade em torno de um bem comum, a água.

Os desafios do Distrito Federal para garantir água em quantidade e qualidade foi destacado durante a fala inicial da presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos. Ela reforçou que o comitê tem marcado presença em eventos nos vários espaços de debate sobre recursos hídricos, planejamento urbano, além de atividades em universidades.

Os contrastes entre os desafios do campo e da cidade foram ressaltados durante a fala do presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella. A região é predominantemente agrícola, e enfrenta adversidades para equacionar a demanda e oferta de água aos produtores locais, o que tem levado o comitê a participar de projetos de gestão da água no meio rural.



O presidente do Instituto Brasília Ambiental Rôney Nemer também participou da abertura do evento e aproveitou para lembrar a relação entre o uso responsável da terra na produção de água e a importância do papel dos comitês na luta pela gestão dos recursos hídricos. Antes de iniciar os debates, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, enalteceu os trabalhos dos comitês, destacando a maturidade e fortalecimento da gestão nos últimos anos, bem como do trabalho do escritório de apoio desempenhado pela Abha, que foi um divisor de águas contribuindo no andamento das ações dos CBHs desde 2023.



## Bate papo

As diretorias dos comitês de bacias apresentaram as atividades que seus comitês desenvolveram ao longo de 2024, como forma de atualizar os presentes e fortalecer a integração entre os comitês distritais.



O CBH Preto-DF, na figura de seu presidente, explicou sobre os avanços na construção dos marcos regulatórios do Rio Jardim e Ribeirão Extrema, e do amadurecimento da gestão de escalonamento de irrigação, por parte dos produtores locais. Gilmar Batistella ainda falou sobre a importância da cobrança pelo uso da água no financiamento de projetos nas bacias e da necessidade de mais monitoramento, como forma de auxiliar no trabalho de gestão dos recursos hídricos nas bacias da região do Rio Preto.

O desafio de aumentar o engajamento dos membros nas atividades do comitê foi um ponto levantado pela presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda Silva. Ao longo de 2024, o comitê realizou diversas atividades externas, levando o público a conhecer melhor a região que abrange a bacia do Rio Maranhão.

A intensa participação em audiências públicas, entrevistas, palestras, aulas, debates marcou o ano de 2024 do CBH

Paranaíba-DF. A presidente do comitê, Alba Evangelista Ramos citou os eventos, destacando o empenho do CBH nos debates sobre a revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH), o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). A participação nos eventos busca levar a voz e demandas dos comitês aos debates públicos e ao conhecimento da comunidade.

A participação dos comitês no Encontro Regional de Comitês de Bacias do Centro Oeste (Ercob) e nos debates sobre a cobrança pelo uso da água e da Tarifa de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos (TFU) foi destacada pelos presidentes, que elogiaram a união de esforços e de colaboração dos comitês do DF um consenso entre os vários atores envolvidos.



Durante a explanação, o membro Delson da Costa Matos, do CBH Maranhão-DF, questionou se existe atualmente análise para averiguar a quantidade de agrotóxico nas águas das bacias, porém os presentes disseram desconhecer. A vice-presidente do CBH Paranaíba-DF e extensionista da Emater, Anne Caroline Lobo Borges, informou que a empresa tem capacitado e orientado a comunidade rural sobre a importância do descarte correto das embalagens de defensivos agrícolas, buscando assim, minimizar possíveis impactos.

### Coordenadores debatem ações em 2024



Os coordenadores da Câmara Técnica dos comitês destacaram as principais realizações dos comitês durante o ano de 2024. No CBH Maranhão-DF, o coordenador Marcelo Benini afirmou que os trabalhos do CT concentraram nos estudos ligados à área de Águas Emendadas, em função da sua importância como região de mananciais e recarga de aquífero. Ele explicou a situação da Saneago, companhia de

abastecimento de Goiás, que atua na região, mesmo sendo fora dos limites de sua área de atuação, o que tem comprometido a sustentabilidade hídrica da região. Para 2025, o CBH seguirá unindo esforços para esclarecer a situação junto aos órgãos competentes e atuar em defesa das águas da região.

Representando o presidente da Câmara Técnica do CBH Preto-DF, o presidente Gilmar Batistella fez um breve relato sobre as discussões e elaboração dos dois marcos regulatórios da região (Ribeirão Extrema e Rio Jardim), que já enfrentavam situações de conflito pelo uso da água. Ele destacou que a maioria dos produtores já respeitavam os acordos firmados para o uso da água, mas uma documentação regulamentando a situação vai ser um importante passo.

O coordenador da CT do CBH Paranaíba-DF falou sobre as atividades dos três grupos de trabalho do comitê, e destacou a participação dos membros do comitê nos debates sobre a revisão dos do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) e o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Como coordenador de comissão criada para debater o PGIRH, ele criticou a ausência de informações sobre os impactos das mudanças climáticas no documento que vem sendo elaborado e os cenários possíveis para do o Distrito Federal. Ele ainda convocou os demais comitês de bacias a participar dos debates sobre o plano, que irá trazer estudos importantes para a elaboração dos planos de bacias do CBH Preto-DF e CBH Maranhão-DF.



## Mudanças climáticas

Uma das discussões urgentes do nosso tempo, é quanto à questão climáticas e o enfrentamento às mudanças. Por isso, os palestrantes Mozar Salvador, do Inmet, e Carlos Henrique Rocha, do Brasília Ambiental, levaram informações sobre o aumento das temperaturas mundiais e a tendência de recordes de temperaturas nos próximos anos. Mozar apresentou gráficos onde explicou a tendência de chuvas cada vez mais fortes e concentradas, e períodos mais longos de estiagem, num cenário onde os extremos climáticos serão cada vez mais frequentes.

Já Carlos Henrique mostrou que desde 2023, até hoje, todos os meses, ficaram acima da média de temperatura, se comparado a anos anteriores, um cenário que nunca havia ocorrido. Ele alertou que resiliência e adaptação serão fundamentais para o enfrentamento das mudanças, pois é preciso trabalhar, além da mitigação, a adaptabilidade ao novo cenário.

## PDOT

Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), José Mario Pacheco Júnior falou sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), sua importância como instrumento da política territorial e as etapas de proposta da revisão do documento.

Segundo ele, desde 2018 a secretaria vem realizando reuniões, audiências, seminários para construir o novo documento, a partir de novas análises do território do DF. Ele lembrou que das quatro etapas para a formulação do documento (diagnóstico, prognóstico, proposta e consolidação) a revisão encontra-se na fase de proposta, que irá formular e definir as estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento. Ele informou ainda que já foram realizadas diversas audiências públicas nas regiões administrativas, com o objetivo de dialogar com a população e ouvir às demandas locais.



A presidente do CBH Paranaíba-DF, criticou a forma como o PDOT vem sendo debatido, a exemplo da divulgação das Audiências Públicas, e no esclarecimento para a população da importância do documento como instrumento norteador de políticas públicas para a cidade. Essa ausência tem se refletido no baixo engajamento da população nos debates públicos. Ela também questionou a falta dos comitês no grupo de trabalho interinstitucional (GTI), responsável pela elaboração de estudos técnicos, e debates sobre diretrizes territoriais.

O representante da Seduh informou que, por lei, que os CBHs já atuam dentro do Comitê de Gestão Participativa, para debater o PDOT.

### **Cobrança pelo uso da água**



Como um dos instrumentos da política de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água venceu, em 2024, a última



etapa para a sua implementação de fato.

A assessora técnica da Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa, Vandete Maldaner, falou sobre a implementação e operacionalização da cobrança pelo uso da água, que terá início em 2025.

Segundo ela, a cobrança será aplicada a grandes usuários, que atualmente representam 80% do volume da água outorgado. São setores como indústria, comércio, produtores agrícolas e grandes condomínios que dispõem de outorga. A cobrança será feita de acordo com o volume especificado na outorga, por isso é necessário que o usuário atualize seu cadastro para que o valor cobrado seja fidedigno ao uso outorgado.

Lembrando que no início de 2025 os boletos poderão ser emitidos e pagos em até 45 dias da data de emissão.





## Dinâmica

As professoras da Universidade de Brasília Conceição de Maria Albuquerque Alves e Raquel Soares apresentaram aos membros uma dinâmica baseada no Seca em jogo, uma atividade que simula cenários possíveis a partir de situações apresentadas durante o jogo. Além de trabalhar o debate e a integração do grupo, o jogo permite que os participantes simulem a gestão coletiva de um reservatório de uso comum, onde as decisões individuais podem impactar todo o coletivo de usuários da água.

## 6º GTEA PROPÕE ATIVIDADES PARA 2025



De olho em 2025, a 6ª reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do CBH Maranhão-DF, ocorrida no dia 12 de dezembro, encerrou as atividades do ano e já levantou sugestões de pautas de trabalho o próximo.

O coordenador dos trabalhos, Cláudio Odilon, sugeriu que o grupo propusesse temas e atividades que poderiam ser desenvolvidas ao longo de 2025.

Ele informou que seria interessante o comitê buscar mais informações sobre o Fórum Permanente de Águas Emendadas, recentemente criado, afim de acompanhar as atividades do grupo.

O relator do GTEA, Rodolfo Siqueira, sugeriu algumas atividades de campo para 2025: o passeio de caiaque, que foi realizado em 2023, em parceria com outros órgãos, e a visita à Estação de Tratamento de Água de Planaltina com pesquisadores e alunos da UnB Planaltina. A ideia é conhecer melhor o sistema de tratamento de água da ETA.

O representante do Instituto Federal de Brasília (IFB), professor Adeilton Oliveira de Sousa comunicou a criação do Museu do Cerrado, um espaço virtual que tem o propósito de divulgar os conhecimentos científicos e os saberes dos povos originários acerca da sociobiodiversidade do cerrado. Esse projeto é uma parceria da UnB e do IFB para formação de profissionais da Educação na área ambiental. Ele sugeriu que o comitê busque integrar o projeto, podendo ter acesso aos cursos de formação e capacitação da plataforma. O coordenador resgatou uma antiga proposta do professor Adeilton de visita às cavernas e grutas da região do Rio Maranhão, como a Gruta dos Milagres e o Morro da Pedreira, que poderiam também fazer parte das atividades de 2025. Tanto o projeto de Museu do Cerrado quanto a visita às cavernas devem ser formatadas para apresentação na próxima reunião do comitê.

Ainda durante a reunião foi feito o preenchimento conjunto do formulário de Educação Ambiental do Ercob Sudoeste e aprovada a síntese da 5ª Reunião do GTEA.



## Adasa publica resoluções que definem procedimentos operacionais para Cobrança pelo uso da água e para a Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa) oficializou os procedimentos para a cobrança pelo uso da água no Distrito Federal a partir de 2025.

No dia 26 de dezembro foi publicada no Diário Oficial as resoluções nº 49 e 50 da Adasa que estabelecem os procedimentos operacionais tanto para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, quanto da Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF (TFU-NP).

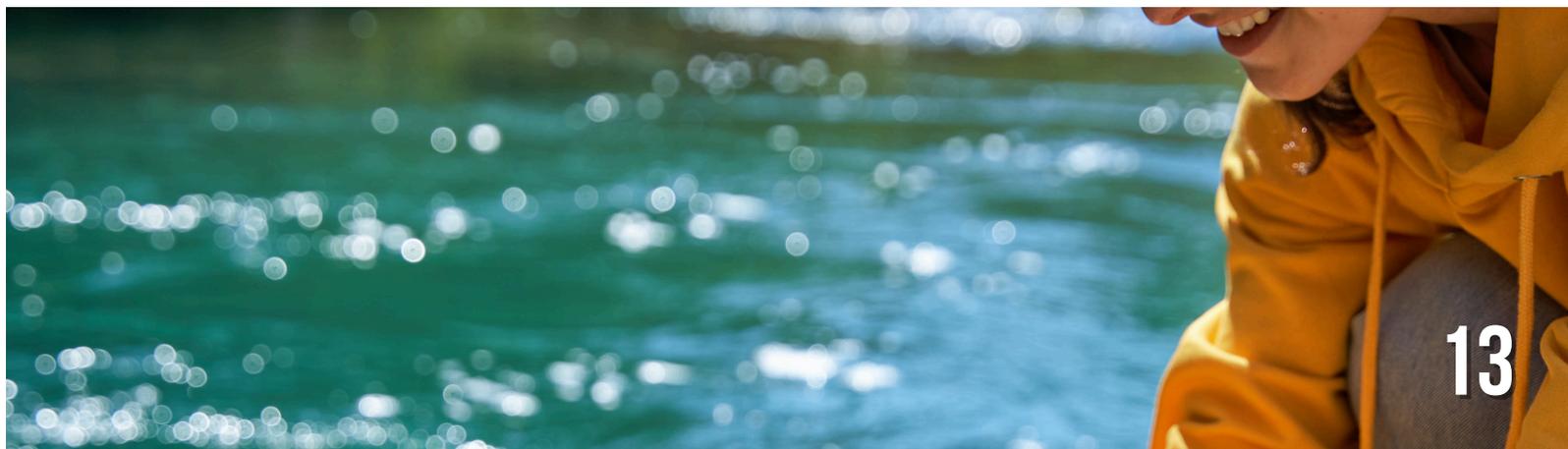
A TFU é uma taxa anual obrigatória, para usos não consultivos, resultado do exercício legítimo do poder de fiscalização administrativa sobre o uso de recursos hídricos no DF, aplicável a não prestadores de serviços públicos.

A taxa, portanto, será direcionada ao conjunto de usuários que respondem por 80% dos volumes outorgados, ou seja, que possuem capacidade de gerar impactos quantitativos e qualitativos aos recursos hídricos originários de captação superficial ou subterrânea de água e lançamento de efluentes. Trata-se das pessoas que utilizam água como insumo em suas atividades econômicas e, por isso, consomem grande quantidade do recurso.

No caso da Cobrança pelo uso da água, os grandes usuários pagarão pela cobrança, incluindo os usos consultivos. As quantias cobradas, referentes ao ano de 2024, são calculadas com base nos mecanismos e valores propostos pelos CBHs e aprovados pelo CRH/DF, sendo de responsabilidade da Adasa implementar o mecanismo.

Lembrando os atos normativos tanto da cobrança, quanto do TFU não afetam os pequenos usuários, os usos insignificantes e aqueles que consomem para uso individual ou familiar

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos da Política Nacional de recursos hídricos e uma reivindicação dos comitês no desafio de promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos no Distrito Federal.



## PRÓXIMAS ATIVIDADES

13/02 - 4ª Reunião da Câmara Técnica

25/02 - 32ª Reunião Extraordinária

18/03 - 5ª Reunião da Câmara Técnica

## CBH MARANHÃO NAS REDES SOCIAIS

Acesse:

